



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 331

Ensino Fundamental: Gastos da União e do MEC em 1991 — Tendências

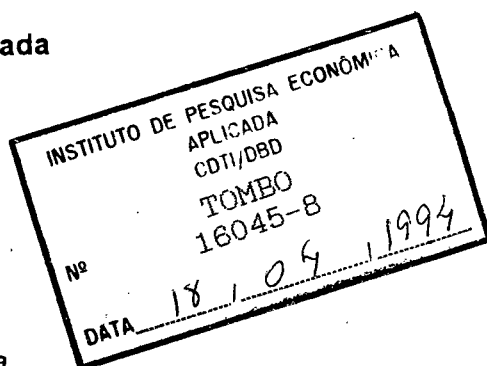
José Amaral Sobrinho

FEVEREIRO DE 1994

330.908
159
T 11 331
ex 2

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O IPEA é uma fundação pública vinculada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Controle da Presidência da República, cujas finalidades são: auxiliar o Ministro da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Controle da Presidência da República na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.



PRESIDENTE

Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo

DIRETOR EXECUTIVO

Aécio Gomes de Matos

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Luiz Antonio de Souza Cordeiro

DIRETOR DE PESQUISA

Claudio Monteiro Considera

DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Heitor Cordeiro Chagas de Oliveira

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação através do Instituto, informando profissionais especializados e colhendo sugestões.

Tiragem: 200 exemplares

SERVIÇO EDITORIAL

Brasília - DF:

SBS. Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES - 10.º andar

CEP 70.076-900

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 17.º andar

CEP 20.020-010 - Rio de Janeiro - RJ

SUMÁRIO

- I. INTRODUÇÃO
 - II. QUEM GASTA COM O ENSINO FUNDAMENTAL NO NÍVEL FEDERAL
 - III. ONDE O MEC APLICOU OS RECURSOS
 - IV. FONTE DOS RECURSOS
 - V. TRANSFERÊNCIA AOS ESTADOS
 - VI. A CONSTITUCIONALIDADE DOS GASTOS
 - VII. TENDÊNCIAS
 - VIII. DESAFIOS E INDAGAÇÕES
- ANEXOS
-

**ENSINO FUNDAMENTAL : GASTOS
DA UNIÃO DO MEC EM 1991 —
TENDÊNCIAS**

José Amaral Sobrinho *

* *Do Instituto de Pesquisa Econômica
Aplicada - IPEA*

A produção editorial deste volume contou com o apoio financeiro do PNUD (Projetos BRA 92/029 e BRA 91/016) e do Programa de Gerenciamento do Setor Público - GESEP/BIRD.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Constituição Federal, compete ao Ministério da Educação e do Desporto financiar o sistema federal de ensino e o dos territórios, e prestar assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória (art. 211).

Para o cumprimento destas atribuições, a União deve aplicar nunca menos de 18% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212). Até 1988, deverá empregar pelo menos metade dos 18% da receita resultante de impostos em programas para a eliminação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental (art. 60 das Disposições Transitórias).

O ensino fundamental tem, ainda, como fonte adicional de financiamento, a contribuição social do salário-educação, recolhida na forma da lei pelas empresas que dela deduzem a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes (art. 212, § 5º).

Este documento analisa as despesas da União e do Ministério da Educação e do Desporto com o ensino fundamental em 1991, e, com base em dados levantados em anos anteriores, mostra as tendências na aplicação dos recursos.

A fonte dos dados para 1991 foi o Balanço Geral da União. Para os anos anteriores serviu como base o Quadro Demonstrativo de Despesas (QDD), com a posição final de 31 de dezembro do ano objeto da análise. A utilização das referências do balanço, em substituição aos dados do QDD, deve-se à dificuldade encontrada em compatibilizar as informações deste último.

2. QUEM GASTA COM O ENSINO FUNDAMENTAL NO NÍVEL FEDERAL

Os gastos com o ensino fundamental, neste período, foram contabilizados no balanço de dois ministérios: o da Educação e do Desporto e o da Economia, Fazenda e Planejamento. Há um registro de gastos com o ensino fundamental no total de Cr\$ 637,2 bilhões (ver Quadro 1 em anexo).

No Ministério da Educação e do Desporto os gastos foram efetuadas pelos órgãos da administração direta e entidades supervisionadas, alcançando o total de Cr\$ 310,8 bilhões. Passaram também pelo Ministério Cr\$ 269,6 bilhões relativos ao salário-educação, quota estadual. Estes recursos foram transferidos aos estados, não se constituindo, de fato, em gastos do Ministério da Educação com o ensino fundamental.

No Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento as despesas registradas foram de Cr\$ 56,8 bilhões, correspondendo a repasses, principalmente ao Distrito Federal.

3. ONDE O MEC APLICOU OS RECURSOS

Os dispêndios do Ministério da Educação e do Desporto, em 1991, no Programa 042 — Ensino Fundamental — foram de Cr\$ 310,8 bilhões, distribuídos pelos diversos subprogramas de maneira como apresentado adiante:

		(Cr\$)	(%)
0021	Administração Geral	200,0	0,10
0044	Informações Estat..	751,9	0,24
0187	Erradicação Analfab..	8.817,4	2,83
0188.	Ensino Regular	236.294,3	76,00
0213	Cursos Suplência	3.478,0.	1,11
0235	Bolsas de Estudo.	16.898,7	5,43
0236	Livro Didático.	29.858,8	9,60
0237.	Material Pedagógico	10.279,5	3,60
0252	Educação Compensatória	4.226,2	1,36

Dos Cr\$ 310,8 bilhões (74,5%), ou seja, Cr\$ 231,4 bilhões relacionaram-se a transferências, assim distribuídas: 47,4% destinaram-se aos estados, 40,0% aos municípios, 5,2% a instituições privadas, e 7,4% a outras transferências (ver Quadro 2 em anexo).

O maior volume dos recursos repassados concentrou-se no subprograma ensino regular. Canalizaram-se, como nos anos anteriores, para a ampliação, reforma, construção de prédios escolares, bem como para a melhoria das instalações, incluindo mobiliário, equipamento e bibliotecas (ver Quadro 3 em anexo).

O restante, ou seja, Cr\$ 79,4 bilhões, equivalente a 25,5% do total, foi contabilizado como gastos diretamente realizados pelo Ministério da Educação. Deste total, 34,4% corresponderam a despesas com livro didático e material de apoio pedagógico, 21,3% com bolsas de estudo, e 44,3% com despesas com ensino regular, mas em obras civis.

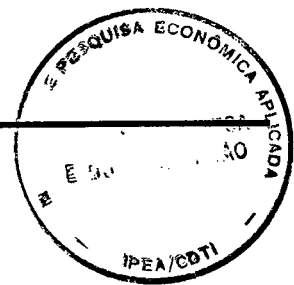
4. FONTE DOS RECURSOS

A maior fonte de recursos para o ensino fundamental é o salário-educação, quota federal (fonte 113), responsável por 35,6% da verba gasta pelo Ministério da Educação. Em segundo lugar estão aqueles diretamente arrecadados (fonte 250), com 21,9% do total. Em terceiro, aparecem os provenientes de aplicações financeiras (fonte 213), com 15,0%. A quantia referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, proveniente dos 18% da receita de impostos (fonte 112), representou apenas 13,1% (ver Quadro 3 em anexo).

Constata-se, assim, que o salário-educação constituiu-se na maior fonte de recursos para o ensino fundamental, e a fonte 112 é complementar e não principal, como a Constituição dá a entender.

5. TRANSFERÊNCIA AOS ESTADOS

Do total de Cr\$ 109,8 bilhões transferidos aos estados e ao Distrito Federal pelo MEC, 50,0% foram derivados do salário-educação, quota federal (fonte 113), e da verba para a manutenção e desenvolvimento do ensino (fonte 112). Os valores provenientes de outras fontes (213, 250 e 292) praticamente completaram o total dos recursos repassados (ver Quadro 3 em anexo).



5.1 Transferência aos Municípios

De acordo com o Decreto nº 88.374/84, 25% da quota federal do salário-educação devem ser transferidos aos municípios para financiamento de programas municipais e intermunicipais de desenvolvimento do ensino fundamental. Os recursos são alocados após análise dos projetos encaminhados pelas prefeituras municipais. Em 1991, essas transferências para os municípios representaram 29,1% do total dessa fonte, superior, portanto, ao percentual previsto em lei.

Do total de Cr\$ 92,3 bilhões destinados aos municípios, 82,3% foram provenientes de três fontes: salário-educação, 34,9%; recursos de aplicações financeiras, 32,2%, e diretamente arrecadados, 15,2%.

Essas transferências foram feitas pela Secretaria Nacional de Educação Básica (Seneb) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o qual transferiu o maior volume de recursos (ver Quadro 4 em anexo).

Os municípios contemplados com tais transferências tiveram seus projetos aprovados pelo Ministério da Educação. Neste processo estão também incluídos os municípios relacionados no orçamento da União, em decorrência dos destaques apresentados pelos parlamentares.

O Nordeste foi a região cujos municípios receberam o maior percentual de dotação — o maior volume foi transferido pelo FNDE (45,2%) —, sendo o estado de Pernambuco o mais contemplado.

A região Centro-Oeste recebeu 18,9% dos recursos, ficando o estado de Goiás com o maior volume deles.

O Sudeste ficou em terceiro lugar no *ranking* das regiões, com 14,2% dos recursos, cabendo aos municípios do estado de São Paulo a maior parcela.

A região Sul ficou em quarto lugar, com 13,0%. Os municípios do estado do Rio Grande do Sul captaram o maior volume dos recursos destinados à região (ver Quadros 4 e 5 em anexo).

A região Norte ficou em último lugar, com o estado do Tocantins enquanto maior receptor.

6. A CONSTITUCIONALIDADE DOS GASTOS

Os recursos da fonte 112 — manutenção e desenvolvimento do ensino — correspondem aos 18% de recursos provenientes da receita de impostos da União. Totalizaram, em 1991, Cr\$ 1,3 trilhão, de acordo com o Balanço Geral da União.

Conforme o artigo 60 das Disposições Transitórias, a metade dessa verba deveria ser aplicada na erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental. Isto não ocorreu, pois a União empregou no programa 042 apenas 6,4% do total. No ensino superior (programa 044) foram aplicados 55,3%; no programa saúde, 6,2%; e no programa previdência, 12,0%.

Os dados do Quadro 6 em anexo sinalizam, então, que a União não cumpriu, no período, o preceito constitucional, repetindo a mesma situação de 1990.

7. TENDÊNCIAS

Quando se analisaram os dados dos gastos com o ensino fundamental pelo Ministério da Educação, de 1980 a 1991, constatou-se que em 1986 o percentual de recursos destinados àquele ensino foi maior, isto é, 34,05% do total dos gastos na função 08 — educação. A partir desse ano, a tendência foi de queda da participação percentual do ensino fundamental no total de gastos do MEC na função educação. Devido à estabilidade nas taxas no período de 1988 a 1990, em torno de 17%, em 1991 a participação do ensino fundamental caiu para 15,09%, pouco superior à de 1981 (ver Quadro 7 em anexo).

Examinando o destino das dotações gastas no ensino fundamental, a partir de 1986, três fatos podem ser constatados: (a) redução dos recursos transferidos aos estados, Distrito Federal e municípios; (b) drástica redução dos recursos diretamente gastos pelo Ministério da Educação; e (c) aumento do percentual dos recursos que são transferidos, em comparação com aqueles diretamente dispendidos pelo Ministério. Aqueles que não têm acesso aos recursos. Aqueles com maior cacife político podem receber verbas de mais de uma instituição. Municípios que não precisam acabar recebendo recursos, como se constata no estado de São Paulo, que, mesmo não tendo uma rede municipal, conseguiu dotações superiores aos outros estados da região, onde os municípios participam de forma muito mais significativa na manutenção do ensino fundamental.

Por trás destas questões está a reforma do Estado, com a implantação de um federalismo de fato, a definição de novos papéis para os órgãos federais e a responsabilidade constitucional dos estados e municípios. Informações recentes indicam que muitos estados e um percentual significativo dos municípios não cumprem o dispositivo constitucional, que estabelece um gasto de 25% de suas receitas com o ensino fundamental.

Outra questão relevante, quando se refere a gastos com educação, é a capacidade de gestão do sistema educacional. Os recursos para o ensino fundamental podem ser duplicados ou triplicados, e sua ineficiência e qualidade continuarão nos níveis atuais, pois os métodos de gestão do sistema e a forma como as escolas funcionam não são garantia de melhoria significativa no setor.

ANEXOS

QUADRO 1

RECURSOS DESTINADOS AO ENSINO FUNDAMENTAL (1)
PELA UNIÃO POR ORGÃO - 1991

(Cr\$ 1,00)

ÓRGÃO		VALOR
MEC	ADMINISTRAÇÃO DIRETA E ENTIDADES SUPERVISIONADAS	310.805.124.284
	TRANSFERÊNCIA SALÁRIO EDUCAÇÃO QUOTA ESTADUAL	269.599.097.000
MEFP	RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	56.812.097.000
Total Geral		637.216.318.284

Fonte: *DOU/Seplan, Balanço Geral.*

(1) Recursos do Tesouro e Outras Fontes.

QUADRO 2
DESPESA ORÇAMENTÁRIA AUTORIZADA PELO MEC
VALORES DE BALANÇO - 1991

								(Cr\$ 1,00)
PROGR.	SUBPROGRAMA	FONTE	TRANSFER. A ESTADOS E DF	TRANSFER. A MUNICÍPIOS	TRANSFER. A INSTIT. PRIVADA	OUTRAS TRANSFER.	APLICAÇÃO DIRETA	TOTAL
042	0021	213	0	0	0	200.000.000	0	200.000.000
	0044	113	747.748.000	0	0	0	0	747.748.000
		292	4.147.000	0	0	0	0	4.147.000
	0187	112	5.281.500.000	3.526.320.000	0	0	0	8.807.820.000
		281	0	0	0	0	9.648.711	9.648.711
	0188	100	3.613.445.000	1.311.757.000	0	0	0	4.925.202.000
		112	6.929.787.000	3.521.095.000	5.488.294.000	0	5.180.073.003	21.119.249.003
		113	36.320.493.000	36.040.927.199	653.338.000	10.820.000	23.149.593.644	95.175.171.843
		192	0	1.747.409.000	0	0	5.571.000	1.752.980.000
		213	14.618.434.700	29.746.824.917	2.237.216.000	0	0	46.602.475.617
		250	22.355.988.798	13.762.963.788	790.459.000	3.737.161.710	5.515.792.849	46.162.366.145
		292	12.977.484.250	6.185.337.816	0	0	1.394.095.000	20.556.917.066
	0213	113	1.447.957.504	117.950.840	363.710.000	0	0	1.929.618.344
		213	0	22.596.500	0	0	0	22.596.500
		250	240.020.000	159.892.600	1.039.215.000	0	0	1.439.127.600
		292	0	1.683.680	85.000.000	0	0	86.683.680
	0235	250	0	0	0	0	16.898.741.639	16.898.741.639
	0236	112	0	0	0	0	6.969.340.308	6.969.340.308
		113	0	0	0	6.469.058.000	0	6.469.058.000
		192	0	0	0	0	14.699.188.500	14.699.188.500
		281	0	0	0	0	350.483.250	350.483.250
		292	0	0	0	0	1.370.810.499	1.370.810.499
	0237	112	0	0	0	0	3.869.956.162	3.869.956.162
		113	0	0	0	6.409.543.000	0	6.409.543.000
	0252	113	199.090.000	125.814.660	241.368.000	87.309.000	0	653.581.660
		250	2.133.012.300	113.686.000	1.074.840.957	251.130.500	0	3.572.669.757
Total Geral			109.869.107.552	92.384.259.000	11.973.440.957	17.165.022.210	79.413.294.565	310.805.124.284

Fonte: *Seplan/DOU.*

Nota: 1991 - Dados de Balanço.

QUADRO 3
DESPESA ORÇAMENTÁRIA AUTORIZADA
VALORES DE BALANÇO DE 1991- MEC

FONTE	TRANSFERÊNCIA A ESTADOS E DF	TRANSFERÊNCIA A MUNICÍPIOS	TRANSFERÊNCIA A INSTITUIÇÕES	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	APLICAÇÃO DIRETA	TOTAL
			PRIVADAS			
100	3.613.445.000	1.311.757.000	0	0	0	4.925.202.000
112	12.211.287.000	7.047.415.000	5.488.294.000	0	16.019.369.473	40.766.365.473
113	41.715.288.504	32.284.692.699	1.258.416.000	12.976.730.000	23.149.593.644	111.384.720.847
192	0	1.747.409.000	0	0	14.704.759.500	16.452.168.500
213	14.618.434.700	29.769.421.417	2.237.216.000	200.000.000	0	46.825.072.117
250	24.729.021.098	14.036.542.388	2.904.514.957	3.988.292.210	22.414.534.488	68.072.905.141
281	0	0	0	0	360.131.961	360.131.961
292	12.981.631.250	6.187.021.496	85.000.000	0	2.764.905.499	22.018.558.245
Total	109.869.107.552	92.384.259.000	11.973.440.957	17.165.022.210	79.413.294.565	310.805.124.284

Fonte: *Seplan/DOU.*

Nota: 1991 - Dados de Balanço.

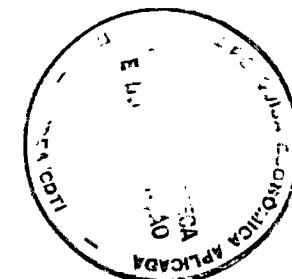
QUADRO 4

RECURSOS TRANSFERIDOS PELO MEC
AOS MUNICÍPIOS, POR ESTADO - 1991

(Cr\$ 1.000,00)

ESTADO	SENEB	FNDE	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
PE	489.110	8.534.889	9.023.999	1
BA	926.746	6.883.249	7.809.995	2
GO	454.308	7.091.344	7.545.652	3
PB	453.391	5.232.972	5.686.363	4
AL	336.777	5.083.213	5.419.990	5
SP	107.509	4.901.152	5.008.661	6
RS	113.635	4.587.300	4.700.935	7
MT	209.220	4.394.452	4.603.672	8
SC	94.932	3.437.880	3.532.812	9
PR	298.678	3.176.877	3.475.555	10
MG	679.950	2.764.671	3.444.621	11
MS	207.802	3.208.975	3.416.777	12
MA	1.126.227	1.876.480	3.002.707	13
RN	227.467	2.577.648	2.805.115	14
TO	101.626	2.511.092	2.612.718	15
PA	579.904	1.273.802	1.853.706	16
RJ	580.142	845.406	1.425.548	17
SE	92.385	1.250.441	1.342.826	18
PI	384.660	931.609	1.316.269	19
AM	212.042	916.067	1.128.109	20
RO	123.797	975.724	1.099.521	21
CE	951.448	-	951.448	22
ES	92.949	785.966	878.915	23
AC	45.890	399.896	445.786	24
AP	24.670	25.000	49.670	25
RR	15.835	23.069	38.904	26
Total Geral	8.931.100	73.689.174	82.620.274	-

Fonte: QDD/DOU/Seplan/FNDE/MEC.



QUADRO 5

RECURSOS TRANSFERIDOS PELO MEC
AOS MUNICÍPIOS 1991

(Cr\$ 1.000,00)

REGIÃO	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS			
	SENEB	FNDE	TOTAL	%
Norte	1.103.764	6.124.650	7.228.414	8,7
Nordeste	4.988.211	32.370.501	37.358.712	45,2
Sudeste	1.460.550	9.297.195	10.757.745	13,0
Sul	507.245	11.202.057	11.709.302	14,2
C.Oeste	871.330	14.694.771	15.566.101	18,9
Total	8.931.100	73.689.174	82.620.274	100,0

Fonte: *Seplan/DOU.*

Nota: 1991 - Dados de Balanço.

QUADRO 6

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA REALIZADA COM OS
RECURSOS DA FONTE 112 POR PROGRAMA - 1991

(Cr\$ 1.000,00)

PROGRAMA	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
7	Administração	65.813.867	5,0
8	Administração Financeira	122.699	-
9	Planejamento Governamental	2.826.690	0,2
10	Ciência e Tecnologia	687.024	-
22	Telecomunicações	931.562	0,1
41	Educação da Criança de 0 a 6 Anos	874.665	0,1
42	Ensino Fundamental	85.599.972	6,4
43	Ensino Médio	135.541.055	10,2
44	Ensino Superior	735.562.898	55,3
45	Ensino Supletivo	38.866.968	3,0
46	Educação Física e Desportos	39.610	-
47	Assistência a Educandos	5.369.924	0,4
48	Cultura	2.878.332	0,2
49	Educação Especial	5.405.988	0,4
75	Saúde	82.562.924	6,2
78	Proteção ao Trabalhador	151.347	-
81	Assistência	173.292	-
82	Previdência	160.331.296	12,0
84	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	6.263.506	0,5
Total Geral		1.330.003.531	100

Fonte: *Balanço Geral da União - 1991.*

QUADRO 7
 EDUCAÇÃO
 GASTOS DO MEC NA FUNÇÃO 08 E NO PROGRAMA 42
 ENSINO FUNDAMENTAL

(Cr\$ 1.000,00)

ANO	Função 08 (Val. corr. em 1.000,00)	Programa 42 (Val. corr. em 1.000,00)	IGP-DI (FGV)	Função 08 (Base 1991) (A)	Programa 42 (Base 1991) (B)	% B/A
1980	91.938	6.553	13.997.886	1.286.937.643	91.728.146	7,13
1981	190.193	23.992	6.667.322	1.268.077.973	159.962.389	12,61
1982	483.386	115.105	3.410.199	1.648.442.253	392.530.955	23,81
1983	911.244	198.636	1.339.813	1.220.896.557	266.135.095	21,80
1984	2.880.755	718.021	417.945	1.203.997.148	300.093.286	24,92
1985	12.254.596	3.456.553	128.387	1.573.330.816	443.776.470	28,21
1986	39.659.826	13.505.134	52.998	2.101.891.458	715.745.091	34,05
1987	156.895.979	36.608.926	16.315	2.559.757.897	597.274.627	23,33
1988	1.300.930.706	223.741.829	2.076	2.700.732.145	464.488.037	17,20
1989	17.182.300	2.991.904	146	2.508.615.800	436.817.984	17,41
1990	446.957.051	78.388.687	5	2.234.785.255	391.943.435	17,54
1991	2.059.847.081	310.805.124	1	2.059.847.081	310.805.124	15,09

Fonte: *Seplan/DOU*.

Nota: 1991 - Dados de Balanço.

QUADRO 8

BRASIL - ENSINO DE PRIMEIRO GRAU
ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DO MEC - 1986 a 1991 (*)

ANO	TOTAL GASTOS MEC	ÍNDICE	TRANSFERÊNCIAS						OUTRAS DESPESAS	
			EST. e DF	ÍNDICE	MUNICÍPIOS	ÍNDICE	OUTRAS	ÍNDICE	ÍNDICE	
1986	715.745.091	100,00	163.728.841	100,00	151.115.955	100,00	26.427.133	100,00	374.473.162	100,00
1987	597.274.627	83,45	85.196.359	52,04	147.892.016	97,87	18.586.587	70,33	345.599.665	92,30
1988	464.488.037	64,90	83.296.178	50,87	87.457.978	57,88	63.599.003	240,66	230.134.878	61,56
1989	436.817.984	61,03	102.796.848	62,79	76.929.882	50,91	67.876.860	256,85	189.214.394	50,69
1990	391.943.435	54,76	114.370.060	69,85	120.533.455	79,76	35.671.215	134,98	121.368.705	32,41
1991	310.805.124	43,42	109.869.107	67,10	92.384.259	61,14	29.138.462	110,26	79.413.254	21,21

Fonte: *Seplan/DOU*.

Nota: 1991 - Dados de Balanço.

QUADRO 9

BRASIL - ENSINO DE PRIMEIRO GRAU
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS GASTOS DO MEC - 1986 a 1991 (*)

(Cr\$ 1.000,00)

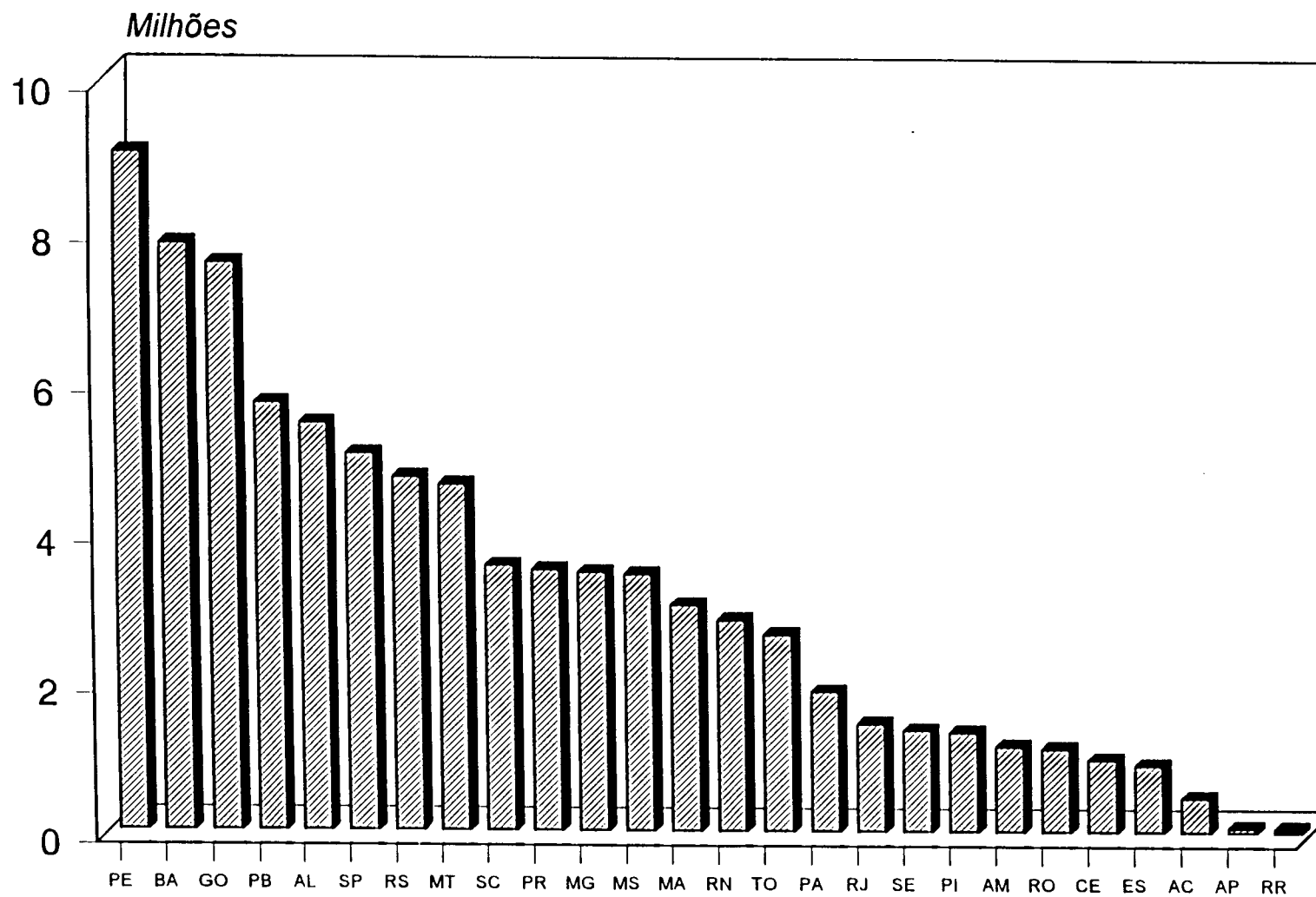
ANO	TOTAL GASTOS MEC (A)	TRANSFERÊNCIAS								OUTRAS DESPESAS	
		TOTAL	%	EST.e DF	%	MUNICÍPIOS	%	OUTRAS	%	(F)	%
		(B)	B/A	(C)	C/A	(D)	D/A	(E)	E/A	(F)	F/A
1986	715.745.091	341.271.929	47,68	163.728.841	22,88	151.115.955	21,11	26.427.133	3,69	374.473.162	52,32
1987	597.274.627	251.674.962	42,14	85.196.359	14,26	147.892.016	24,76	15.586.587	3,11	347.599.665	57,86
1988	464.488.037	234.353.159	50,45	83.296.178	17,93	87.457.978	18,83	63.599.003	13,69	230.134.878	49,55
1989	436.817.984	247.603.590	56,68	102.796.848	23,53	76.929.882	17,61	67.876.860	15,54	189.214.394	43,32
1990	391.943.435	270.574.730	69,03	114.370.060	29,18	120.533.455	30,75	35.671.215	9,10	121.368.705	30,97
1991	310.805.124	231.391.828	74,45	109.869.107	35,35	92.384.259	29,72	29.138.462	9,37	79.413.254	25,55

Fonte: Seplan/DOU.

Nota: 1991 - Dados de balanço.

Gráfico I

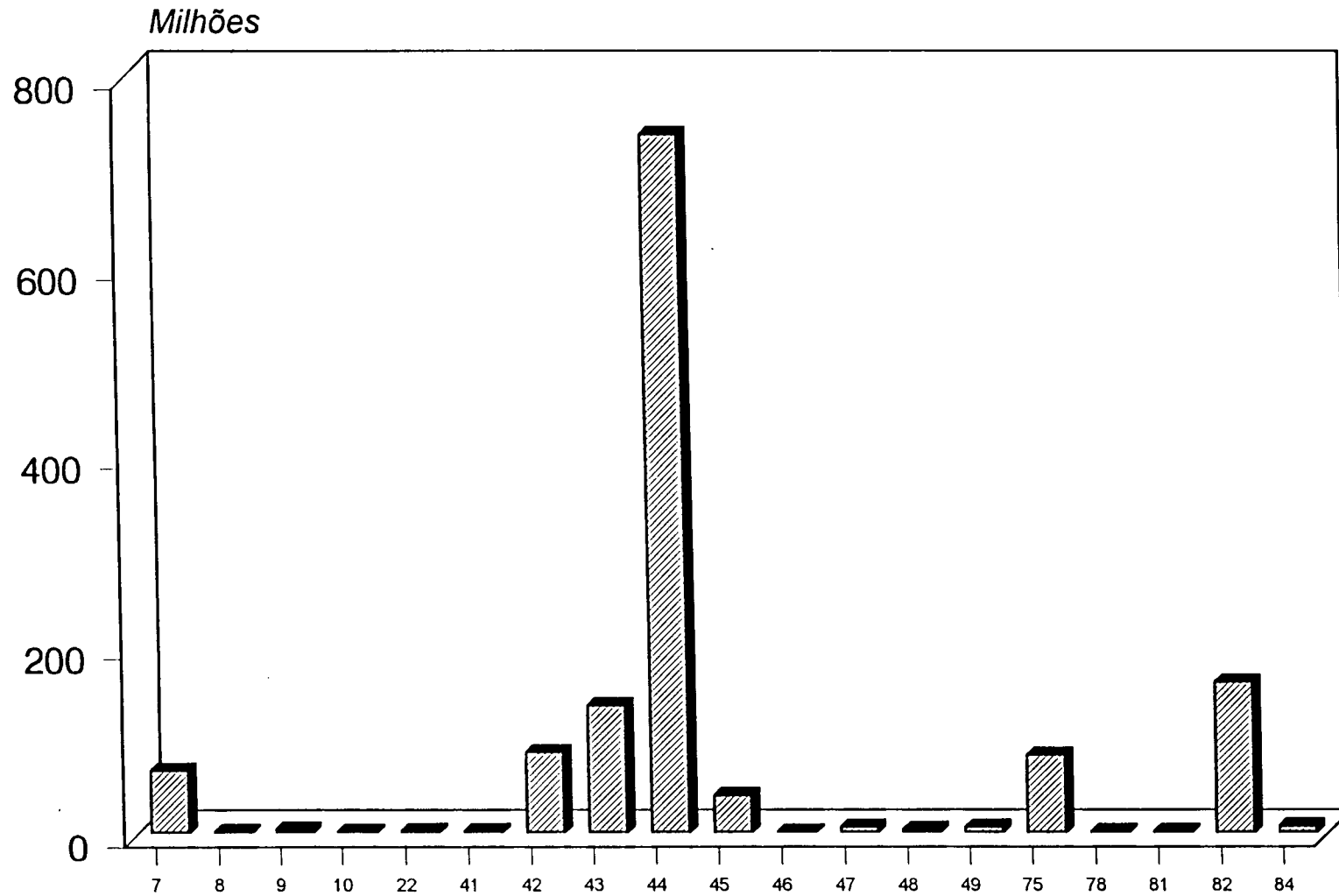
Recursos Transferidos aos Municípios pelo MEC (SENEB e FNDE) - 1991



Fonte: QDD/DOU/SEPLAN/FNDE/MEC.

Gráfico II

Distribuição Percentual da Despesa Realizada com os Recursos da Fonte 112 - por Programa



Fonte: Balanço Geral da União - 1991.

PUBLICAÇÕES DO IPEA (TEXTOS)
1992 / 1993

TEXTO PARA DISCUSSÃO TD

- N.º 241 "Qualidade, Eficiência e Eqüidade no Ensino de 1.º grau: Elementos para Reflexão e Debate", Antonio Augusto de Almeida Neto e José Parente Filho, janeiro 1992, 27p.
- N.º 244 "Dumping e o MERCOSUL", Luis Augusto Pereira Souto-Maior", fevereiro 1992, 14 p.
- N.º 245 "Uma Avaliação dos Investimentos na Infra-Estrutura Rodoviária no Período 1980/1989", Ruy Silva Pessoa, março 1992, 15 p.
- N.º 246 "Exportação: Índices Setoriais para o Período 1980/88", Armando Castelar Pinheiro, março 1992, 25 p.
- N.º 247 "Liberalização Comercial, Distribuição e Emprego", Edward J. Amadeo e José Márcio Camargo, março 1992, 18 p.
- N.º 248 "Loss in Forest Resource Values Due to Agricultural Land Conversion in Brazil", Ronaldo Serôa da Motta e Peter Herman May, março 1992, 23 p.
- N.º 249 "Análise da Estrutura Funcional do Gasto Público no Brasil 1985-1990, José Rildo de Medeiros Guedes, Eduardo Felipe Ohana e Carlos Mussi, abril 1992, 47 p. + anexos.
- N.º 250 "Previsões de Séries Econômicas com Modelos Bayesianos Univariados, Ana Beatriz S. Monteiro, Hélio S. Migon e Ajax R. B. Moreira, abril 1992, 29 p.
- N.º 251 "Proposta de um Referencial Básico para a Discussão da Seguridade Social", Francisco Eduard B. de Oliveira, abril 1992, 28 p.
- N.º 252 "Considerações sobre o Sucateamento da Rede Pública e Privada de Saúde, André Cezar Médici e Francisco E. B. de Oliveira, abril 1992, 17 p.
- N.º 253 "Os Programas de Alimentação e Nutrição para Mães e Crianças no Brasil", Anna Maria Medeiros Peliano, abril 1992, 22 p.
- N.º 254 "A Equação da Restrição Orçamentária do Governo: uma resenha de usos e interpretações", José W. Rossi, abril 1992, 48 p.
- N.º 255 "Setor Público Federal no Brasil: despesas com pessoal e alguns comentários sobre a isonomia salarial", Eduardo Felipe Ohana, Carlos H. F. Mussi e Ana Lúcia Dezolt, maio 1992, 16 p..
- N.º 256 "Technological Progress and Diffusion: decomposing total factor productivity growth in brazilian manufacturing", Armando Castelar Pinheiro, May 1992, 40 p.
- N.º 257 "Indicadores de Competitividade das Exportações: resultados setoriais para o período 1980/88", Armando Castelar Pinheiro, Ajax Reynaldo Bello Moreira e Maria Helena Horta, maio 1992, 60 p.
- N.º 258 "Perdas e Serviços Ambientais do Recurso Água para Uso Doméstico", Ronaldo Serôa da Motta, Ana Paula Fernandes Mendes, Francisco Eduardo Mendes, Carlos Eduardo Firckkmann Young, maio 1992, 39 p.
- N.º 259 "Inflação e Hiato de Produto: Experiências e Sugestões", Carlos H. F. Mussi e Eduardo Felipe Ohana, maio 1992, 18 p.
- N.º 260 "Capital Estrangeiro no Brasil: Expectativas quanto à Reversão de Comportamento", Danniell Lafeté, maio 1992, 11 p.
- N.º 261 "As Empresas Estatais e o Programa de Privatização do Governo Collor", Armando Castelar Pinheiro e Fábio Giambiagi, maio 1992, 62 p.
- N.º 262 "Experiências Espanholas e Francesas em Programas de Qualidade", Antonio Carlos da R. Xavier e Luis Fernando Tironi, junho 1992, 18 p.
- N.º 263 "Indicadores da Qualidade e Produtividade _ um relato de experiências no setor público", Luis Fernando Tironi, Ademar Kyotoshi Sato, Bolivar Pêgo Filho, Jorge Conrado Kosak, Roberto Sant'Anna Mattos, Ruy Silva Pessoa e Sérgio Francisco Piola, junho 1992, 24 p.
- N.º 264 "As Políticas de Concorrência (ou Antitruste): um panorama da experiência mundial e sua atualidade para o Brasil", Lúcia Helena Salgado, junho 1992, 44 p.
-

-
- N.º 265 "An Econometric Model of Amazon Deforestation", Eustáquio José Reis e Rolando M. Gusmán, junho 1992, 27 p.
- N.º 266 "A Colonização Sustentável na Amazônia", Anna Luiza Ozório de Almeida, Angela Moulin S. Penalva Santos, Adriana Freitas Alves e Maria da Piedade Morais, julho 1992, 109 p.
- N.º 267 "Efeitos Dinâmicos dos Choques de Oferta e Demanda Agregada sobre o Nível de Atividade Econômica do Brasil", Elcyon Caiado Rocha Lima, Hélio S. Migon e Hedibert Freitas Lopes, julho 1992, 32 p.
- N.º 268 "Projetos de Irrigação no Vale do Baixo São Francisco", José Ancelmo de Góis, Maria de Fátima Araújo Paiva e Sônia Maria Goes Tavares, julho 1992, 40 p.
- N.º 269 "A Evolução do MERCOSUL no período de Transição: hipóteses alternativas e cenários", Pedro Motta Veiga, março 1992, 45 p.
- N.º 270 "Uma Análise dos Investimentos na Infra-Estrutura Rodoviária Federal nos Anos Oitenta", Ruy Silva Pessoa, junho 1992, 17 p.
- N.º 271 "Flexibilidade e Mercado de Trabalho: Modelos Teóricos e a Experiência dos Países Centrais Durante os Anos 80", Carlos Alberto Ramos, agosto 1992, 51 p.
- N.º 272 "Produtividade e heterogeneidade de Tamanho na Indústria de Transformação Brasileira: (1980-1985)", Mercedes Magdalena Lizardo Espinal, agosto 1992, 76 p.
- N.º 273 "Transporte Urbano de Passageiros: a tarifa como fonte de recursos", Iêda Maria de O. Lima, setembro 1992, 17 p.
- N.º 274 "O Que Demonstram os Indicadores sobre a Pobreza na Década Perdida", Luis Carlos Eichenberg Silva (Coord.), agosto 1992, 49 p.
- N.º 275 "Reshaping U.S. Foreign Policy in the 90's: a view from the periphery", Luis Fernando de Lara Resende, setembro 1992, 22 p.
- N.º 276 "As Pesquisas Francesas sobre as Condições de Trabalho e a Organização do Trabalho: dos Métodos aos Resultados", Serge Volkoff, setembro 1992, 26 p.
- N.º 277 "Metodologias para Levantamento Quantitativo sobre Difusão das Novas Tecnologias no Processo de Trabalho", Helena Sumiko Hirata e Mário Sérgio Salerno, setembro 1992, 20 p.
- N.º 278 "Poor and Non-Poor in the Brazilian Labor Market", Sonia Rocha, outubro 1992, 14 p.
- N.º 279 "A Note on Temporal Evolution of the Relationship Between Wages and Education Among Brazilian Prime-Age Males: 1976-1989", Lauro Ramos e Ricardo Paes de Barros, outubro 1992, 28 p.
- N.º 280 "Mobilidade de Renda no Brasil: 1981/1989", Ricardo Paes de Barros, Lauro Ramos e José Guilherme de Almeida Reis, outubro 1992, 22 p.
- N.º 281 "The "Abertura" in Brazil: the Day-After of the Brazilian Intelligence "Monster" ", L. A. Bittencourt Emílio, novembro 1992, 16 p.
- N.º 282 "As Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano no Biênio 1989/1990", Edgar Bastos de Souza (org.), novembro 1992, 25 p. + anexos
- N.º 283 "O Mercosul e as Zonas Francas, Zonas de Processamento de Exportações, Áreas de Livre Comércio e Áreas Aduaneiras Especiais", Edgard Antônio Pereira e Ricardo Romano, dezembro 1992, 21 p. + anexos
- N.º 284 "A Desregulamentação do Setor Transportes: o caso do subsetor portuário", Newton Rabello de Castro Junior e Philippe Lamy, novembro 1992, 45 p.
- N.º 285 "Técnicas Empíricas de Decomposição: uma abordagem baseada em simulações contrafactuais", Ricardo Paes e Barros, Renata Jeronymo, Rosane Mendonça, Valéria Pero, Eleonora Santos e Cláudia Trindade, dezembro 1992, 23 p.
- N.º 286 "A Evolução do Bem-Estar e da Desigualdade no Brasil desde 1960", Ricardo Paes e Barros e Rosane Mendonça, dezembro 1992, 30 p.
- N.º 287 "Desempenho Exportador, Regulamentação Internacional e Privatização: o caso da siderurgia brasileira", Mário M. C. Mesquita e Leane C. Naidim, dezembro 1992, 51 p.
- N.º 288 "Distribuição de Renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70", Régis Bonelli e Lauro Ramos, janeiro 1993, 32 p.
- N.º 289 "Current Status of water Pollution Control in Brazil", Ronaldo Serôa, Guilhermino O. Filho, Francisco Eduardo Mendes, Cynthia A. Nascimento, fevereiro 1993.
-

-
- N.º 290 "Sistemas e Instrumentos de Estímulos às Exportações nos Países do Mercosul", Eduardo Augusto Guimarães, coord., janeiro 1993, 28 p. + anexo.
- N.º 291 "Informal Labor Contracts: A Solution or a Problem?", Ricardo Barros, Ricardo Mello, Valéria Pero, janeiro 1993.
- N.º 292 "Salvaguardas: Acheegas a uma Nova Legislação Comum aos Países do Mercosul", Luiz A. P. Souto Maior, 24 p.
- N.º 293 "Fontes de Financiamento para a Infra-Estrutura Rodoviária Federal: necessidade de recomposição", Ruy Silva Pessoa, fevereiro 1993, 12 p. + anexo
- N.º 294 "Income Inequality in Education, and Children's Schooling Attainment in Brazil", Ricardo Paes de Barros e David Lam, março 1993, 35 p.
- N.º 295 "Modernização Tecnológica e Formação Técnico-Profissional no Brasil: impasses e desafios", Tereza Cristina Kirschner, março 1993, 54 p. + anexo.
- N.º 296 "Sistema de Informações: transporte coletivo urbano de passageiros", Lúcia Malnati Panariello, março 1993, 2 v.
- N.º 297 "Aspectos Políticos e Econômicos das Receitas e dos Gastos Públicos no Brasil", Nilson Holanda, abril 1993, 42 p.
- N.º 298 "Inflation and Unemployment as Determinants of Inequality in Brazil: the 1980", Eliana Cardoso, Ricardo Paes de Barros e André Urani, abril 1993, 29 p.
- N.º 299 "The Challenge of Reforming Social Security in Latin America", Francisco Eduardo Barreto de Oliveira, maio 1993, 39 p.
- N.º 300 "Incentivos Fiscais e Creditícios às Exportações Brasileiras: resultados setoriais para o período 1980-91", Armando Castelar Pinheiro, Cláudia Pio Borges, Sonia Zagury e Mário Mesquita, maio 1993, 39 p.
- N.º 301 "Agregação Monetária com o Índice Divisa: aplicação ao caso brasileiro", José W. Rossi, maio 1993, 27 p.
- N.º 302 "Inflação e Variabilidade dos Preços Relativos com Abordagem Novo-Clássica: teoria e evidência empírica para o Brasil", José Coelho Matos Filho, junho 1993, 51 p. + anexos
- N.º 303 "A Moderna Tributação do Consumo", Fernando Rezende, junho 1993, 39 p. + anexos
- N.º 304 "Avaliação das Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Saneamento em 1991", Edgar Bastos de Souza, Dilma Seli Pena Pereira, Aldo Moreira Lima e Emmanuel Cavalcante Porto, junho 1993, 22 p. + anexos
- N.º 305 "Ações Governamentais para a Qualidade e Produtividade nos EUA: relatório de viagem", Luís Fernando Tironi e Fábio Ferreira Batista, junho 1993, 17 p.
- N.º 306 "Uma Análise Desagregada do Comércio Exterior Brasileiro no Período 1974/92", Armando Castelar Pinheiro, junho 1993, 29 p.
- N.º 307 "Unequal Opportunity to Survive, Education and Regional Disparities in Brazil", Ricardo Paes de Barros e Diana Sawyer, julho 1993, 20 p.
- N.º 308 "Poverty and Public Utilities Pricing", Thompson Almeida Andrade, julho 1993, 26 p.
- N.º 309 "Comércio: fronteira de negócios na colonização da Amazônia", Angela Moulin S. Penalva Santos, julho 1993, 48 p.
- N.º 310 "Poverty Among Female-Headed Households in Brazil", Ricardo Paes de Barros, Louise Fox e Rosane Silva Pinto de Mendonça, agosto 1993, 41 p.
- N.º 311 "Regional Disparities in Education Within Brazil: the role of quality of education", Ricardo Paes de Barros, Rosane Silva Pinto de Mendonça e James Alan Shope, agosto 1993, 9 p.
- N.º 312 "A Desregulamentação do Mercado e das Relações de Trabalho no Brasil: potencial e limitações", Jorge Jatobá e Everardo Gaspar Lopes de Andrade, agosto 1993, 28 p.
- N.º 313 "Condicionantes e Diretrizes de Política para a Abertura Comercial Brasileira: relatório final", Gesner Oliveira (coord.), setembro 1993, 35 p. + anexos.
- N.º 314 "Descentralização: um tema complexo", Ademar K. Sato, outubro 1993, 20 p.
- N.º 315 "Construção de uma Matriz Energética para o Brasil", Roberto Luis Olinto Ramos, Ajax R. B. Moreira e Marco Antônio Rosa, setembro 1993, 72 p.
- N.º 316 "Universalização com Qualidade: uma proposta de reorganização do sistema de saúde no Brasil", André Cezar Medici, Francisco E. B. de Oliveira e Kaizô Iwakami Beltrão, outubro 1993, 22 p.
-

-
- N ° 317 "Human Resources in the Adjustmens Process", Edward Amadeo, Ricardo Paes de Barros, José Márcio Camargo, Rosane Silva Pinto de Mendonça, Valéria Pero e André Urani, outubro 1993, 89 p.
- N ° 318 "Infra-Estrutura, Comercialização e Competitividade da Agricultura Brasileira", Léo da Rocha Ferreira, Heloisa Lee Bumquist e Danilo Rolim, outubro 1993, 63 p.
- N ° 319 "Desregulamentação do Setor Transporte: o subsector transporte aéreo de passageiros", Newton de Castro e Philippe Lamy, outubro 1993, 58 p.
- N ° 320 "Quem Ganha Salário Mínimo no Brasil?", José Guilherme A. Reis e Lauro Ramos, outubro 1993, 19 p.
- N ° 321 "Ensino Superior no Brasil 1980-1991", Edlamar Batista, outubro 1993, 34 p.
- N ° 322 "Avaliação e Agenda do Programa Nacional de Desestatização", Octávio A. F. Tourinho e Ricardo L. L. Vianna, outubro 1993, 38 p.
- N ° 323 "Brazilian Privatization in the 1990s", Armando Castelar Pinheiro e Fábio Giambiagi, outubro 1993, 36 p.
- N ° 324 "Motivação e Estrutura do Programa Nacional de Desestatização", Octávio A. F. Tourinho e Ricardo L. L. Vianna, outubro 1993, 31 p.
- N ° 325 "A Demanda por Moeda no Brasil: uma análise de co-integração", José W. Rossi, novembro 1993, 14 p.
- N ° 326 "Recursos Humanos e a Difusão e Adaptação de Novos Métodos para a Qualidade no Brasil", Afonso Fleury e John Humphrey (coords.), dezembro 1993, 53 p.
- N ° 327 "Produtividade, Crescimento Industrial e Exportações de Manufaturados no Brasil: desempenho e competitividade", Regis Bonelli, janeiro 1994, 35 p.
- N ° 328 "Searching for the Determinants of the Level of Social Welfare in Latin America", Ricardo Barros e José Márcio Camargo, janeiro 1994, 38 p.
- N ° 329 "A Redistribuição Espacial da População Brasileira durante a Década de 80", George Martine, janeiro 1994, 43 p.
- N ° 330 "Reforma da Previdência Social: uma análise comparativa das propostas", Luiz Alberto Lino e Marcus José Reis Câmara, fevereiro 1994, 22 p.

RELATÓRIO INTERNO RI

Nota: Esta série, Relatório Interno, mudou a numeração a partir da reestruturação editorial começando do número 01, em cada Coordenação, a saber

Diretoria Executiva

- N.º 01/92 "Indústria Automobilística Brasileira: situação atual, perspectivas e sugestões para sua reestruturação", Ruy Quadros de Carvalho, junho 1992, 6 p.
- N.º 02/92 "A Inflação Esperada em 1992: simulações", Luiz Zottmann, julho 1992, 5 p.
- N.º 03/92 "Imposto sobre Transações Financeiras: reflexões e simulações", Luiz Zottmann, agosto 1992, 6p.

Diretoria de Pesquisa

- N.º 01/92 "Adam Smith, Gerson e a Cooperação", Fábio Stefano Erber, junho 1992, 13 p.
- N.º 02/92 "O Sistema de Saúde Chileno: Mitos e Realidades", André Cezar Medici, Francisco E. B. de Oliveira e Kaizô Iwakami Beltrão, agosto 1992, 105 p.
- N.º 03/92 "Proposta de um Modelo de Seguridade Social", Francisco E. B. de Oliveira, Kaizô Iwakami Beltrão e André Cezar Medici, agosto 1992, 38 p.
- N.º 04/92 "A Dimensão do Setor Saúde no Brasil", André Cezar Medici e Francisco E. B. de Oliveira, agosto 1992, 72 p.
- N.º 05/92 "Mudanças Estruturais e Políticas Industriais", Fábio Erber, agosto 1992, 16 p.

Diretoria de Administração e Desenvolvimento Institucional

- N ° 01/93 "O Brasil e a Presença Militar dos Estados Unidos na Guiana", Luiz Cezar Loureiro de Azeredo, outubro 1993, 04 p.
-

Diretoria de Políticas Públicas

- N.º 01/92 "Implantação de um Sistema de Gerência da Qualidade Total", Antônio Carlos Da Ressurreição Xavier e Rose Mary Longo, setembro 1992, 2p.
- N.º 01/93 "Qualidade Total na Área de Serviços: como implantar um programa de melhoria contínua no setor público", junho 1993, 5 p.

Coordenação de Política Macroeconômica _ CPM

- N.º 01/92 "Saldo da Balança Comercial: atualização das projeções e simulações para o ano de 1992". Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, março 1992, 1 p.
- N.º 02/92 "A Política de Juros e o Afluxo de Capitais Externos: Existe um Problema?", Eduardo Felipe Ohana, abril 1992, 3p.
- N.º 03/92 "A Capacidade de Pagamento do Setor Público: um Conceito Operacional", Eduardo Felipe Ohana, abril 1992, 3 p.
- N.º 04/92 "A Balança Comercial em 1992: atualização das Previsões e Simulações", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, maio 1992, 1 p.
- N.º 05/92 "Atualização das Previsões e Simulações para as Exportações Totais Brasileiras", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, junho 1992, 1 p.
- N.º 06/92 "A Balança Comercial Brasileira: Atualização das Projeções para o Ano de 1992", Mary de Melo Souza, julho 1992, 1 p.
- N.º 07/92 "O Saldo Comercial do Brasil em 1992: Projeções Atualizadas", Mary de Melo Souza, agosto 1992, 2 p.
- N.º 08/92 "Revisão das Projeções da Balança Comercial", Mary de Melo Souza, setembro 1992, 3 p.
- N.º 09/92 "Reforma do Sistema Financeiro Nacional", José Romeu de Vasconcelos e Roberto Shoji Ogasavara, dezembro 1992, 6 p.
- N.º 10/92 "Atualização das Projeções da Balança Comercial", Mary de Melo Souza, dezembro 1992, 3 p.
- N.º 01/93 "O Comportamento Previsto para a Produção Industrial em 1993, de Acordo com Modelos Função Transferência", Mary de Melo Souza, março 1993, 3 p.
- N.º 02/93 "Indicadores Antecedentes e Simulações para as Exportações e Importações Totais Brasileiras", Mary de Melo Souza, julho 1993, 3p.
- N.º 03/93 "Setor Produtivo Privado: indicadores econômico-financeiros (1986/92), Paulo Zolhof, agosto 1993, 4 p.
- N.º 04/93 "Comentários sobre a Privatização do Setor Estatal no Brasil", Paulo Zolhof, dezembro 1993, 2 p.
- N.º 05/93 "Planejamento e a Organização do Estado: uma breve reflexão", Paulo Zolhof e Rui S. Pessoa, dezembro 1993, 2 p.
- N.º 01/94 "A Inflação Brasileira e o Recente Plano de Estabilização", José Coelho Matos Filho, janeiro 1994, 3 p.

Coordenação de Difusão Técnica e Informações _ CDTI

- N.º 01/92 "O Saldo da Balança Comercial: simulação preliminar para o ano de 1992 _ um sinalizador para a política econômica", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, janeiro 1992, 1p.
- N.º 02/92 "O Saldo da Balança Comercial : análise retrospectiva e simulação preliminar para o ano de 1992", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, fevereiro 1992, 2p.

Coordenação de Política Social _ CPS

- N.º 01/92 "FGTS, Questões Atuais", Roberto A. Zomboni, setembro 1992, 5 p.
- N.º 02/92 "Descentralização Tutelada", Solon Magalhães Vianna, setembro 1992, 5 p.
- N.º 03/92 "Programas de Alimentação e Nutrição para as Crianças e Adolescentes. Qual o Destino?", Anna Maria Peliano e Nathalie Beghin, outubro 1992, 3 p. + anexo.
-

-
- N.º 04/92 "Índice de Qualificação do Corpo Docente das Universidades Brasileiras", Raulino Tramontin, outubro 1992, 25 p.
- N.º 05/92 "O Novo Padrão de Gerenciamento do Setor Público: As Organizações Para Governamentais e a Alimentação dos mais Pobres no DF", Anna Maria Peliano, novembro 1992, 03 p.
- N.º 06/92 "A Descentralização da Merenda Escolar", Anna Maria Peliano e Nathalie Begin, dezembro 1992, 4 p.
- N.º 07/92 "O Papel do Estado na Área de Alimentação e Nutrição", Anna Maria Peliano e Nathalie Begin, dezembro 1992, 10 p.
- N.º 08/92 "Brasil: Indicadores Sociais", Solon Magalhães Vianna, coord., novembro 1992, 14 p. + anexos
- N.º 09/92 "Gestão do Financiamento do Setor Público", Dilma Seli Pena Pereira, dezembro 1992, 5 p.
- N.º 10/92 "Alocação de Recursos, Eficiência, Equidade e Qualidade no Ensino Fundamental: uma estratégia de ação para o governo federal", Antonio Carlos da Ressurreição Xavier e José Amaral Sobrinho, dezembro 1992, 4 p.
- N.º 01/93 "Alguns Desafios Atuais da Formação de Professores de Educação Básica", Pedro Demo, maio 1993, 7 p.
- N.º 02/93 "A Política de Assistência Social para o Idoso no Brasil", Maria das Dores Gonçalves, junho 1993, 5 p.
- N.º 03/93 "Transformação Produtiva com equidade: a proposta da Cepal pode ser útil para o Brasil", Ronaldo Coutinho Garcia, outubro 1993, 08 p.
- N.º 01/94 "Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Pará: parceria estado-município", Mayra Lumy Tapia, fevereiro 1994, 03 p.
- N.º 02/94 "Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Tocantins: parceria estado-município", Noé Pereira Lima, fevereiro 1994, 02 p.
- N.º 03/94 "Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Acre: parceria estado-município, Noé Pereira Lima, fevereiro 1994, 03 p.
- N.º 04/94 "Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Amazonas: parceria estado-município", Noé Pereira Lima, fevereiro 1994, 04 p.

Coordenação de Política Setorial _ CPSe

- N.º 01/93 "Propostas para o Novo Plano Nacional de Viação _ PNV", Ruy Silva Pessoa, janeiro 1993, 5 p.

Coordenação de Desenvolvimento Institucional _ CDI

- N.º 01/93 "Programa da Qualidade e Produtividade: realidade ou utopia", Rose Mary Juliano Longo, fevereiro 1993, 3 p.

CADERNO DE ECONOMIA _ CE

- N.º 11/92 "Tendências da Reestruturação da Indústria nos Países Desenvolvidos no Anos 80", Mariano Francisco Laplane, outubro 1992, 158 p.
- N.º 12/92 "Um "Mal Necessário"? Comercialização Agrícola e Desenvolvimento Capitalista no Brasil", Renato Sérgio Jamil Maluf, novembro 1992, 238 p.
- N.º 13/93 "Pobreza: conceito e mensuração", Maurício Costa Romão, fevereiro 1993, 209 p.
- N.º 14/93 "Tasa de Cambio Real Efectiva y Exportaciones Brasileñas de Productos Manufacturados", Gloria Canales Viana, novembro 1993, 42 p. + anexos

DOCUMENTO DE POLÍTICA _ DP

- N.º 07/92 "Análise Econômico _ Financeira dos Bancos Estaduais", José Romeu de Vasconcelos e Roberto Shoji Ogasavara, 1992, 19p. + anexos.
- N.º 08/92 "As Contribuições Sociais de Empregadores e Trabalhadores: repercussões sobre o mercado de trabalho e grau de evasão", Sandra Cristina F. de Almeida, 1992, 27 p. + anexos.
- N.º 09/92 "A Política de Medicamentos no Brasil," André César Médici, Kaizô Iwakami Beltrão e Francisco de Oliveira, março 1992, 88p.
-

-
- N.º 10/92 "A Política Salarial no Governo Collor: padrões de Negociação entre o executivo e legislativo". Maria Helena de Castro Santos, Maria das Graças Rua e Carlos R. Pio da Costa Filho, junho 1992, 27p.
- N.º 11/92 "Seguridade Social: proposta de reforma constitucional", André César Médici, Francisco de Oliveira e Kaizô Beltrão, junho 1992, 11 p.
- N.º 12/92 "Propostas de Política Social", Anna Maria Peliano (Coord.), outubro 1992, 57 p.
- N.º 13/93 "Política Social e Reforma Fiscal: as áreas de educação e saúde", Edson Nunes e José Brakarz, março 1993, 44 p.
- N.º 14/93 "O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar", Anna Maria T. M. Peliano (coord.), março 1993, 9 p. + anexos.
- N.º 15/93 "O Mapa da Fome II: informações sobre a indigência por municípios da federação", Anna Maria T. M. Peliano (coord.), maio 1993, 7 p. + anexos
- N.º 16/93 "Projeto do Banco Central Independente", José Romeu de Vasconcelos, maio 1993, 16 p.
- N.º 17/93 "O Mapa da Fome III: indicadores sobre a indigência no Brasil (classificação absoluta e relativa por municípios)", Anna Maria T. M. Peliano, (coord.), agosto 1993, 6 p. + anexos.
- N.º 18/93 "Os Estudos de Impactos Ambientais no Brasil: uma análise de sua efetividade", Severino Soares Agra Filho, outubro 1993, 73 p. + anexos.
- N.º 19/93 "O Mapa da Criança: a indigência entre as crianças e os adolescentes", Anna Maria T. M. Peliano (coord.), novembro 1993, 16 p. + anexos
- N.º 20/93 "O Mapa da Criança II: a indigência entre as crianças e os adolescentes", Anna Maria T. M. Peliano (coord.), novembro 1993, 6 p. + anexos.
- N.º 21/93 "Vendedores de Ilusões", Francisco E. B. de Oliveira e Kaizo Iwakami Beltrão, janeiro 1994, 7 p.
-